



1
2 **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**
3 **Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental**

4
5 **MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ**
6

Data: 14 de agosto de 2024.

Local: Auditório Ipê Amarelo, sede do MMA, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

Coordenação da Reunião: Adalberto Maluf (MMA)

Relatoria: Marília Passos (MMA)

7
8
9 **1. Abertura e aprovação da pauta:**
10

11 *Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq, abriu a reunião, dando boas-vindas*
12 *a todos. Houve uma rodada de apresentação na sequência, destacando os novos membros*
13 *designados.*

14 A Secretaria Executiva informou que o Regimento Interno aprovado pela Comissão foi
15 publicado no Diário Oficial da União de 8 de julho, por meio da RESOLUÇÃO CONASQ Nº 1,
16 DE 1º DE JULHO DE 2024. Está disponível no site do MMA, na página da Conasq.

17 Informou ainda que foi publicada no Diário Oficial da União de 15 de julho a PORTARIA
18 GM/MMA Nº 1.101, DE 12 DE JULHO DE 2024, formalizando a alteração de alguns
19 representantes da Conasq.

20 Em seguida, passou-se à aprovação da pauta. A proposta enviada preliminarmente aos
21 membros foi aprovada com acréscimo de pontos de informe e inversão da ordem de assuntos.

22
23 **2. Aprovação das Memórias da 1ª Reunião Ordinária e 1ª Reunião Extraordinária**

24 As memórias foram aprovadas com alterações de redação pontuais solicitadas.

25
26 **3. Aprovação dos documentos do GTT Substâncias Químicas em Plásticos**

27 O coordenador da Conasq contextualizou, informando que o Grupo de Trabalho
28 Temporário Substâncias Químicas em Plásticos foi instituído na 1ª Reunião Extraordinária da
29 Conasq, no dia 23 de maio.

30 O mandato do GT se encerrou no dia 1/08, tendo concluído suas atividades propostas com
31 sucesso. Informou que o Relato final e documentos produzidos pelo GT foram enviados por email
32 para os membros da Conasq no dia 07/08.

33 A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, foi convidada para
34 fazer a apresentação dos resultados do GT e documentos produzidos.

35 Lembrou que os objetivos do GT foram: (1) Discutir, analisar propostas e propor
36 estratégias, critérios e diretrizes sobre substâncias químicas em plásticos para subsidiar a

37 participação brasileira nas discussões do Acordo sobre Poluição por Plásticos; (2) Subsidiar o
38 debate para elaboração de proposta do Governo Brasileiro em relação às discussões do futuro
39 acordo, no que se refere às competências da CONASQ; e (3) Avaliar propostas internacionais
40 demandadas pelo MRE, nas etapas de negociação do tratado, no âmbito das competências da
41 CONASQ

42 Os resultados do GT foram: (1) Listas de substâncias químicas em plásticos já reguladas
43 nacionalmente; (2) Proposta de lista de critérios para identificação de substâncias químicas de
44 interesse em plásticos; (3) Avaliação de propostas internacionais; (4) Compilação e publicização
45 de documentos, estudos, ferramentas etc. que possam auxiliar nas negociações do tratado sobre
46 poluição por plásticos; (5) Proposição de subsídios para auxiliar na negociação do tratado sobre
47 poluição por plásticos; e (6) Relatório de atividades.

48 As Listas de substâncias já reguladas nacionalmente foram elaboradas pela ABIQUIM,
49 pelo INMETRO e pela ANVISA. Mencionou-se que a Anvisa adota listas positivas de
50 substâncias. Pela falta de um inventário/cadastro nacional de substâncias, não foi possível fazer o
51 levantamento dos dados de produção e comercialização das substâncias. Foi mencionada a
52 dificuldade em cruzar os códigos NCM e CAS.

53 O Resultado 03, que seria a proposta brasileira de lista de substâncias químicas de
54 preocupação em plásticos não foi alcançado pelo GTT, uma vez que esta lista seria elaborada
55 com base tanto na lista correspondente ao Resultado 01 e do Levantamento de Informações sobre
56 Importações, Exportações, Usos e Produção de Substâncias Químicas, que ficou pendente. Desta
57 forma, não foi possível construir a proposta brasileira de lista proibitiva de substâncias em
58 plásticos.

59 O IBAMA, com a colaboração dos demais integrantes do GTT, elaborou uma proposta
60 de Critérios e Fluxograma – a partir dos processos existentes no âmbito da Convenção de
61 Estocolmo e do Projeto de Lei n.º 6.120/2019 – para identificação de substâncias químicas de
62 interesse em plásticos.

63 A *Diretora* passou a apresentar a proposta de critérios e o fluxograma para identificação
64 de substâncias químicas de interesse em plásticos. Os representantes da Conasq fizeram
65 questionamentos e dirimiram suas dúvidas.

66 A *Diretora* informou que a UFSCar, em colaboração com a SBTOX e outros membros do
67 GTT, elaboraram uma Planilha, cujos filtros correspondem aos seguintes resultados:

- Avaliação de propostas internacionais;
- Compilação e publicização de documentos, estudos, ferramentas, bancos de dados etc., que possam auxiliar nas discussões do Tratado;
- Subsídios para auxiliar nas negociações do Tratado sobre Poluição por Plásticos.

68 Finalizadas as apresentações, o *Coordenador da Conasq* submeteu os resultados do GT
69 para aprovação da Plenária, tendo sido aprovado. Os resultados serão encaminhados ao MRE
70 como subsídios.

71 Os representantes perguntaram sobre a posição brasileira, se apoiará a ideia de listas
72 proibitivas de substâncias. O *Coordenador da Conasq* disse que a posição brasileira ainda está
73 sendo construída, estão todos aprendendo e discutindo. Portanto, ainda não foi firmada a posição
74 sobre ter ou aceitar listas, porém o Brasil já expressou compromisso para que o acordo seja
75 efetivo.

76 Sobre o GTT, que teve seu mandato encerrado, foi encaminhado que, após a reunião do
77 Ad Hoc Intersessional Open-ended Expert Groups, a se realizar na Tailândia entre 24 e 28 de
78 agosto, a Conasq discutirá se o GTT deve ter seu mandato renovado para continuar os debates,
79 ou se os resultados já alcançados pelo GT são suficientes como subsídios para a coordenação do
80 MRE.

81 **4. Desenvolvimento do Plano de Ação para a Mineração Artesanal de Pequena Escala de** 82 **Ouro no Brasil (MME)**

83 O *Coordenador da Conasq* convidou a *representante do MME, Ana Paula Bittencourt*,
84 para fazer a apresentação do assunto. Foi passada a palavra ao *consultor do projeto, Hassan Sohn*.

85 O *consultor* iniciou sua apresentação, informando que o Brasil notificou
86 internacionalmente a significância da sua mineração artesanal de pequena escala de ouro (MAPE)
87 em novembro de 2019. Em 2020/2021 iniciou o desenvolvimento do projeto e o processo de
88 aprovação. O início da execução se deu em 1 de agosto de 2022, tendo o seminário de lançamento
89 do projeto ocorrido no dia 17 de novembro de 2022. No momento, está em elaboração o Panorama
90 Nacional da Mineração Artesanal de Pequenos Escala (MAPE) de Ouro.

91 A minuta inicial do Panorama deverá ficar pronta ainda no segundo semestre de 2024.
92 Passará por uma revisão da coordenação e seguirá para consulta pública. Depois, serão feitos
93 ajustes, incorporando as contribuições e, de acordo com o cronograma, em julho de 2025 será
94 feita a apresentação do plano.

95 Em seguida, o consultor Hassan apresentou o mapa indicativo dos locais onde foram
96 realizadas atividades de campo de visita, totalizando a avaliação de 43 frentes de Lavras e 51
97 balanços de mercúrio.

98 Relatou que 1145 pessoas foram entrevistadas, entre garimpeiros, lideranças locais e
99 cidadãos, gestores de garimpo, agentes de comercialização de ouro e gestores de unidades de
100 saúde.

101 Foram realizadas 10 oficinas no período de maio até novembro de 2023, sendo quatro
102 oficinas sobre o futuro do garimpo de ouro, três oficinas de mulheres e o futuro do garimpo e três
103 com diálogos femininos, num total de 511 participantes nas oficinas, sendo 206 mulheres e 305
104 homens.

105 Destacou que o Panorama Nacional da Mineração Artesanal de Pequena Escala de Ouro
106 será um importante subsídio para o Plano de Ação Nacional. O Panorama inclui diagnóstico da
107 matriz normativa, diagnóstico dos aspectos sociológicos, da saúde pública, econômicos,
108 diagnóstico de comunicação, impactos ambientais e potencial de novas técnicas e tecnologias.
109 Passou a falar sobre exemplos de possibilidades de substitutos ao mercúrio.

110 O Plano de Ação Nacional (PAN) terá síntese do Panorama, descrição do contexto atual
111 e as estratégias para eliminar práticas proibidas, as estratégias para proteção humana e ambiental,
112 as estratégias para garantir a produção segura e objetivos claros.

113 Falou do contexto mundial da MAPE de Ouro. Informou que ocorre em mais de 80 países;
114 cerca de 20 milhões de pessoas atuam no setor, que corresponde a 20% do
115 suprimento global oficial, sendo que de 70% a 80% está na informalidade. Disse que 34
116 dos 80 países já apresentaram seus Planos de Ação e frisou que nenhum substituto para o mercúrio
117 até o momento foi encontrado para esta finalidade. Finalizou, destacando otimismo de que o
118 Brasil possa vir a ser a referência mundial em MAPE de ouro sustentável e do uso responsável do
119 mercúrio, até poder eliminar esse insumo.

120 Após, houve perguntas da Plenária. Foi explicado que o termo “mais do que
121 insignificante” para caracterizar a MAPE no Brasil foi problema de tradução do inglês para o
122 português: “mais do que insignificante” é o mesmo que “significante” no inglês. Quanto ao termo
123 “mineração de pequena escala”, apesar de ser degradadora, o consultor explicou que esta
124 definição se baseia em critérios técnicos e sociológicos da própria Convenção de Minamata:
125 recursos financeiros limitados, pouco apoio técnico, etc. No PAN deverão estar definidas as metas
126 e previsão de custos.

127 Quanto ao processo de elaboração do PAN, foi explicado que tanto o Ibama quanto os
128 OEMAs das UFs serão envolvidos.

129 Sobre as alternativas ao mercúrio, o consultor falou que várias estão em fase de testes,
130 uns teóricos, outros já no mercado, para avaliar a eficácia. O “pau de balsa” é considerado hoje a
131 alternativa mais promissora e está em análise pela Embrapa.

132

133 **5.Relatos das atividades dos GTs:**

134 Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para
135 relatar o progresso das atividades dos GTs.

136 **5.1. GTT RoHS:**

137 A *Diretora* informou que o GTT RoHS teve 4 reuniões até o presente momento. A 5ª
138 reunião será no dia 04/09. O grupo tem avançado na minuta do normativo.

139 Seu mandato de 6 meses se encerra em breve e, portanto, será preciso a prorrogação, pois
140 as associações relataram a necessidade de melhor e maior tempo para internalizarem os
141 dispositivos e as discussões com as empresas associadas. É um tema muito técnico e nem todos
142 nas empresas estão apropriados do tema. Desta forma, será preciso prorrogar o mandato do GT
143 por mais 6 meses, para a finalização dos debates.

144 O *Coordenador da Conasq* submeteu a proposta de prorrogação do mandato do GT por
145 mais 6 meses, o que foi aprovado pela plenária.

146

147 **5.2. GTP Minamata**

148 A *Diretora* informou que o GT-Minamata se reuniu duas vezes até o momento. O Grupo
149 de Trabalho tem acompanhado as ações relacionadas à Avaliação Inicial da Convenção de
150 Minamata, o Mercury Initial Assessment – (Projeto MIA).

151 Nas reuniões, as instituições informam o que tem sido feito para avançar no cumprimento
152 das ações prioritárias do MIA e os membros do GT observam o que ainda precisa ser feito. O
153 Ministério da Saúde, o Ministério de Minas e Energia e a Associação Brasileira da Indústria de
154 Álcalis, Cloro e Derivados (ABICLOR) apresentaram o que vêm fazendo em suas respectivas
155 áreas de competência; o INMETRO fez levantamento sobre as lâmpadas fluorescentes que ainda
156 utilizam mercúrio, destacando os prazos já expirados. Em relação às próximas ações, foi
157 solicitado ao IBAMA uma apresentação sobre o projeto de monitoramento nas terras indígenas
158 Yanomami e o MMA já agendou reunião com o MDIC, INMETRO e o IBAMA para tratar do
159 cancelamento referente às NCMs das lâmpadas. A próxima reunião do GT ocorrerá no dia 27 de
160 setembro.

161 O *representante do MDIC* solicitou que o MMA elabore uma planilha compilando
162 objetivamente todas as ações do MIA, a fim de facilitar a identificação das instituições
163 responsáveis e, para que o MDIC possa articular dentro da pasta quais áreas devem ser envolvidas
164 nas atividades. A Diretora informou que a equipe está trabalhando nesta planilha e logo
165 encaminhará ao GT. O intuito é que as reuniões passem a ser mais pragmáticas, em torno das
166 ações do MIA.

167

168 **5.3. GTP BRS**

169 Informou que o GTP BRS, grupo de trabalho interno e fechado para instituições listadas
170 em seu Termo de Referência, tem sido um excelente mecanismo de articulação para atendimento
171 das demandas de informação do Secretariado das Convenções. O grupo teve 3 reuniões até o
172 presente momento, que teve como principal objetivo a preparação da resposta nacional sobre a
173 efetividade da Convenção de Roterdã, em atendimento à decisão da última COP.

174 A resposta nacional foi enviada para o Secretariado e já se encontra no site da Convenção
175 de Roterdã, junto com as das demais Partes e Observadores.

176

177 **6. Proposta de criação do GT Educação em Segurança Química**

178 O coordenador da Conasq introduziu o ponto de pauta, informando que a 1ª Reunião da
179 Conasq, além dos 3 GTs que foram criados na oportunidade (GT Minamata, GT RoHS e GT
180 BRS), discutiu-se sobre a criação de outros GTs, quais sejam: GT Plásticos, GT Economia
181 Circular e o GT Educação em Segurança Química.

182 O GT Substâncias Químicas em plásticos foi criado na 1ª Reunião Extraordinária da
183 Conasq, que foi agendada exclusivamente para este fim.

184 O GT Economia Circular tinha sido sugerido pela Sinproquim, que posteriormente enviou
185 e-mail à Secretaria Executiva da Conasq solicitando a retirada desta proposta.

186 Quanto ao GT Educação em Segurança Química, durante a 1ª R.O da Conasq, o antigo
187 GT foi lembrado, e foi ressaltada sua importância e resultados. Ficou encaminhado que a
188 Fundacentro, que tinha coordenado o GT anteriormente, iria iniciar uma atualização do Termo de
189 Referência do GT para propor a recriação do GT.

190 A minuta do TdR foi enviada aos representantes da Conasq, que enviaram suas sugestões.
191 A Secretaria Executiva exibiu as sugestões, tendo a plenária passado a discutir as alterações
192 textuais ao documento. Ao final, a criação do GT foi aprovada, sendo registrado em ata, a pedido
193 da *representante da Fundacentro*, ressalvas no que diz respeito a aprovação de alterações
194 propostas ao texto originalmente enviado para aprovação.

195 A Secretaria Executiva da Conasq informou que serão enviados ofícios aos membros da
196 Comissão, para que possam manifestar interesse em compor o referido grupo, indicar
197 representantes e sugerir instituições/entidades para serem convidadas a colaborar com as
198 discussões dos GTs.

199

200 **7. Atualização dos projetos MMA:**

201 **7.1 Projeto Special Programme - Gestão Adequada de Substâncias Químicas no Brasil -** 202 **Special Programme**

203 O *Coordenador da Conasq* passou a palavra para a *Coordenadora-Geral de Segurança*
204 *Química do MMA, Camila Boechat*, para apresentar o Projeto do Special Programme.

205 A *Coordenadora* explicou que este era um projeto que havia sido desenhado em 2018,
206 chegou a ter um workshop inicial em outubro de 2018, porém houve necessidade de adaptação de
207 alguns produtos previstos. Neste ínterim, a gestão presidencial de 2019-2022 não teve interesse
208 em dar andamento célere aos ajustes. Com isso, apenas do ano passado (2023) para cá a efetiva
209 formalização do projeto foi concluída.

210 O projeto foi finalmente assinado e visa apoiar a criação do sistema do inventário nacional
211 de substâncias químicas.

212 Este projeto resultará no desenvolvimento de um novo sistema de gerenciamento de
213 substâncias químicas que, de acordo com as necessidades identificadas, será composto por 4
214 módulos: Módulo 1- cadastro de substâncias químicas e banco de dados de inventário; Módulo
215 2 - registro de importação exportação de substâncias químicas; Módulo 3 - registro de transporte
216 de materiais perigosos; e Módulo 4 - registro de acidentes químicos

217 Informou que o novo sistema será integrado com outros sistemas já existentes, e nisto, o
218 Ibama e o MDIC serão parceiros-chave para que não haja sobreposição entre os sistemas, como
219 o de transporte, emergências e de importação e exportação.

220 Finalizou informando que o workshop inicial do Projeto será no dia 10/09 e que em breve
221 todos receberão os convites.

222

223 **7.2 Projeto GEF Cimenteiras**

224 A *Coordenadora Camila Boechat* informou que o Projeto GEF Cimenteiras tem como
225 objetivo a implementação de uma estratégia nacional e de um Plano de Ação para redução das
226 emissões de mercúrio da produção de clínquer de cimento no Brasil, no âmbito da Convenção de
227 Minamata sobre Mercúrio.

228 Segundo o Inventário Nacional, existem atualmente 91 Indústrias Cimenteiras no País,
229 que correspondem à 4ª Maior Fonte Emissora, com estimativas de emissões que variam entre
230 3.101 (mín.) e 57.191 kg/ano (máx.)

231 Os componentes do projeto são: (1) Capacitação para controle, minimização e gestão das
232 emissões; (2) Implementação das BAT e BEP para controle das emissões; (3) Avanço no roteiro
233 tecnológico; (4) Gestão do conhecimento e parcerias; e (5) Monitoramento e avaliação. A carta
234 de endosso do projeto foi assinada em abril de 2024, com isso o projeto entrará na etapa de
235 execução. Em breve acontecerá o workshop inicial.

236 A *coordenadora* informou que a Cetesb será muito importante nos cursos e treinamentos
237 que serão oferecidos no âmbito do projeto. A CNI colaborou, informando que a indústria
238 brasileira de cimento já tem um plano de redução de 50% de emissões.

239

240 **7.3 Projeto GEF SIP (Specific Internacional Programme) da Convenção de Minamata sobre** 241 **o Mercúrio - Garimpo de ouro no Brasil: aspectos de saúde e meio ambiente no uso do** 242 **mercúrio"**

243 A *Coordenadora Camila Boechat* explicou que este projeto foi apresentado pelo MMA
244 no último mês de julho, para aumentar a conscientização sobre os impactos do mercúrio e

245 promover treinamento das equipes de saúde, mineração e meio ambiente para implementar a
246 agenda de mercúrio nas regiões afetadas.

247 Está prevista a realização de workshops com reguladores, ribeirinhos, garimpeiros e
248 ONGs para troca de conhecimentos e experiências, promovendo mudanças comportamentais
249 substanciais.

250 Os parceiros do projeto são: Secretaria de Saúde Indígena (SESAI/MMA), Universidade
251 Federal do Pará (UFPA), Instituto Escolhas, MME, IBAMA e Universidade Federal do Oeste do
252 Pará (UFOPA).

253 O projeto encontra-se em avaliação do GEF.

254

255 **7.4 Projeto PCB Responsável**

256 *Angélica Griesinger, Gerente do Projeto PCB Responsável* foi convidada para fazer a
257 atualização do progresso das atividades e resultados do projeto.

258 Relatou que foram realizadas ações de mobilização para o preenchimento do Inventário
259 Nacional de PCB, tendo 1.523 empresas detentoras sido contatadas; 538 profissionais treinados
260 em 6 webinários e reuniões setoriais. Informou que, atualmente, são 107 empresas cadastradas no
261 SINIR/PCB para realização do inventário e 54 inventários finalizados. Quanto ao Relatório do
262 SINIR/PCB, disse que está em teste.

263 Informou que o EVTE (Estudo de Viabilidade Técnico e Econômica) para a logística de
264 eliminação das PCBs está em desenvolvimento, com previsão de finalização até outubro de 2024.
265 A estratégia para áreas sensíveis também foi definida. Foram realizados 2 Encontros com Órgãos
266 Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs).

267 Sobre as ações de treinamento e capacitação, informou que foram realizadas 2 Reuniões
268 prévias com o Centro Regional para a Convenção de Estocolmo (CETESB/SP), para desenhar
269 programa de formação de capacidades a estados, e que o projeto está em Articulação com o
270 SENAI para parceria na capacitação com oficinas mecânicas; e está em negociação parceria com
271 a Politécnica da USP para pesquisa sobre biodegradação de PCB.

272 Informou que Cartas-convite para participação de destinadores de PCB na eliminação de
273 um grande estoque de PCB foram enviadas. Por fim, informou os números referentes à
274 comunicação do projeto, divulgação em mídias digitais e que o site do projeto está em elaboração.

275 *A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, voltou a questionar se o projeto utilizará
276 tecnologia de não-combustão para os projetos-piloto de eliminação de PCBs. A *gerente* informou
277 que a eliminação irá utilizar as metodologias permitidas no país e atenderá a todos os critérios da
278 legislação e parâmetros do Conama. Sobre tecnologias de não-combustão, disse que, como as
279 PCBs se trata de um resíduo que vai ser totalmente eliminado, as empresas não possuem interesse
280 econômico em introduzir nacionalmente novas tecnologias para este resíduo pontual. Além disso,
281 o prazo para a conclusão do licenciamento ambiental para tais métodos não seria favorável para
282 os prazos do projeto e da Convenção. Reforçou que as incineradoras que estão no projeto estão
283 com licenciamento ambiental regular e atendem a todas as exigências da legislação ambiental
284 vigentes.

285

286 **8. Informes:**

287 **8.1 Aprovação da reciclagem química de plásticos para uso do material reciclado em**
288 **alimentos (Anvisa)**

289 O *Coordenador da Conasq* disse que este informe havia sido solicitado pelos
290 representantes da sociedade civil na reunião anterior, para que a Anvisa fizesse a apresentação
291 das justificativas técnica e científicas da aprovação da reciclagem química de plásticos para uso
292 do material reciclado em alimentos. O *representante da Anvisa* ficou de solicitar informações
293 sobre o tema à Gerência-Geral de Alimentos da Anvisa, competente pelo assunto.

294 O *representante da Anvisa* informou que a coordenadora da GGALI não tinha agenda
295 para participar da presente reunião, porém disponibilizou o [link](#) da FAQ (Perguntas e Respostas
296 frequentes) sobre o assunto, elaborada pela área, onde estão as justificativas técnicas e científicas
297 solicitadas.

298 Os *representantes da sociedade civil* lamentaram a ausência da GGALI na reunião,
299 falaram que já conhecem a FAQ e que o intuito da solicitação do ponto de informe na reunião era
300 para que pudessem dirimir suas dúvidas.

301 O *coordenador da Conasq* sugeriu como encaminhamento que fosse realizada reunião
302 bilateral entre a Anvisa e a sociedade civil, o que foi do acordo de todos. A Secretaria executiva
303 da CONASQ fará esta articulação.

304

305 **8.2 Processo de elaboração do Inventário de emissões do mercúrio (MMA)**

306 Este informe foi solicitado pelos representantes da sociedade civil ao MMA para que
307 informasse se o Inventário passaria por consulta pública. O coordenador da Conasq convidou a
308 *Chefe de Projeto, Marília Passos*, para dar o informe.

309 A *Chefe de Projeto* explicou que o Inventário de emissões do mercúrio começou a ser
310 elaborado em 2017, tendo tido início com o Seminário de capacitação no uso do toolkit em
311 13/12/2017, do qual participaram OEMAs, setor privado e ONGs.

312 A versão preliminar do documento do inventário foi concluída em 27 de maio de 2019 e
313 o planejamento inicial era que fosse discutida com o GT Mercúrio, para aportes de contribuições.
314 Haveria ainda um workshop de lançamento para últimas contribuições. Porém, àquela altura, a
315 Conasq e todos os seus GTs estavam sendo extintos pela gestão presidencial anterior.

316 A gestão da SQA à época queria cancelar o inventário realizado e até mesmo o projeto
317 inteiro, tendo os servidores do departamento insistido para mantê-lo.

318 O Inventário compõe o Relatório MIA, cuja versão preliminar foi enviada para
319 contribuições no dia 26/04/2024. Foi distribuído para todos os membros da CONASQ e do GT
320 Mercúrio. As sugestões foram compiladas, avaliadas e incorporadas quando pertinentes.

321 Lembramos que é um inventário preliminar, para avaliação do primeiro cenário nacional
322 de emissões, e deverá ser atualizado periodicamente, para verificação das metas de redução.

323 Sobre o procedimento de “consulta pública” propriamente, adota-se apenas quando se
324 trata de proposta normativa. No caso de documentos/estudos, adotamos o procedimento de
325 distribuição/compartilhamento dos documentos entre parceiros para recebimento de aportes e
326 sugestões, ou formação de grupos técnicos.

327

328 **8.3 Andamento do PL 6120/2019**

329 O *Coordenador da Conasq* falou que, na reunião passada, a Abiquim apresentou a
330 situação da tramitação do PL 6120/2019. Neste ínterim, o MMA se reuniu com a Casa Civil, que
331 passou a acompanhar o andamento do PL mais de perto e fez as articulações para impulsionar a
332 tramitação no Senado.

333 Convidou a *Chefe de Projeto, Marília Passos*, para informar sobre a situação atual do
334 trâmite. A *Chefe de Projeto* relatou que o PL estava na Comissão de Ciência, Tecnologia,
335 Inovação e Informática do Senado e recebeu uma emenda de autoria do senador doutor Hiran,
336 para exclusão de dispositivos médicos da Lei.

337 O PL então seguiu para a Comissão de Meio Ambiente. O DQA/MMA foi convidado
338 para uma reunião com a equipe do senador Beto Faro, que foi designado relator do PL na referida
339 Comissão. Durante a reunião, o DQA/MMA explicou o racional do PL; e as dúvidas suscitadas
340 pela equipe do Senador foram dirimidas. Tem-se a notícia de que, no dia de hoje, o Senador
341 concluiu seu relatório, aprovando o PL e recomendou a rejeição da emenda do senador doutor
342 Hiran. Agora, o PL segue para a Comissão de Assuntos Sociais. Após, o PL deverá seguir para a
343 Plenária do Senado. Há expectativa para que até o fim do ano a lei esteja sancionada.

344

345 **8.4 INC 4 Plásticos + Ad Hoc Intersessional Open-Ended Expert Groups meetings + OEWG** 346 **3 do Painel global científico-político sobre produtos químicos, resíduos e prevenção da** 347 **poluição**

348

349 O *representante do MRE, Nelson Linhares*, foi convidado para dar os informes.

350 Informou que, na quarta sessão do Comitê Intergovernamental de Negociação (INC-4)
351 para instrumento vinculante sobre Plásticos, em Ottawa, em abril passado, as delegações
352 procederam a um processo de “streamlining” do rascunho do acordo (“Draft Text”), buscando,
353 sempre que possível, condensar as diferentes opções de texto, sob cada proposta de artigo, em
354 opção única, para facilitar a negociação. Ao final, sobrou pouco tempo para negociação textual
355 de fato.

356 Enquanto alguns consensos surgiram em áreas como gestão de resíduos plásticos e
357 transição justa, divergências significativas permaneceram em relação à inclusão de limites à
358 produção de polímeros plásticos primários, a aspectos financeiros e ao escopo do acordo.
359 Além disso, dois grupos de especialistas foram estabelecidos para explorar potenciais fontes de
360 financiamento e critérios para avaliar químicos de preocupação, produtos plásticos problemáticos
361 e design de produto, com foco especial em reciclabilidade. Os dois grupos se reuniram em
362 Bangkok, em agosto último.

363 Sobre o Painel Científico-Político, informou que terá como objetivo consolidar os dados
364 sobre produtos químicos, resíduos e poluição por substâncias químicas das diferentes regiões e
365 produzir relatórios. O Painel terá como estrutura de governança um Comitê Científico mais um
366 órgão político de decisões. Desta forma, haverá uma fase científica e outra fase política para
367 aprovação dos documentos. O Secretariado do Painel será da UNEP/Pnuma ou da OMS. A
368 discussão sobre o Painel não foi concluída. A parte de capacitação tem muitas divergências. Mais
369 uma reunião talvez seja suficiente para aprovar o arcabouço legislativo do Painel.

370

371 **9. Outros assuntos**

372 Os representantes da sociedade civil solicitaram que, na próxima reunião da Conasq, seja
373 feito informe/apresentação sobre o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA).

374 O representante da *Sociedade Brasileira de Química (SBQ)*, *Walter Waldman*, se
375 voluntariou a redigir minuta de um novo Termo de Referência para propor novo mandato para o
376 GTT Substâncias Químicas em Plásticos, para apreciação da Plenária na próxima reunião.

377 Em não havendo nenhuma outra questão a tratar, a reunião foi encerrada.

378

379 **10. Resumo dos Encaminhamentos:**

380 1) A Secretaria Executiva da Conasq providenciará publicação de portaria com alteração
381 dos representantes;

382 2) A Secretaria Executiva da Conasq enviará ofícios aos membros da Comissão, para que
383 possam manifestar interesse em compor o GTP Educação em Segurança Química, indicar
384 representantes e sugerir instituições/entidades para serem convidadas a colaborar com as
385 discussões dos GTs.

386 3) A Secretaria Executiva da Conasq articulará reunião bilateral entre representantes da
387 sociedade civil e Anvisa sobre a reciclagem química de plásticos

388 4) Solicitação dos representantes da sociedade civil para que seja feita apresentação sobre o
389 Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) como informe na 3ª
390 reunião da Conasq.

391 5) O representante da Sociedade Brasileira de Química (SBQ) se voluntariou a redigir
392 minuta de um novo Termo de Referência para propor novo mandato para o GTT
393 Substâncias Químicas em Plásticos.

394